

Esta coluna vai surpreender você!

Saiba como as redes sociais trocam a lógica jornalística pela comercial

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Esta coluna vai trazer uma informação ou opinião — ou quem sabe uma mistura das duas — que vai surpreender você. Mas não ainda, não tão depressa. Primeiro a gente precisa se conhecer melhor. Quem sabe no próximo parágrafo? Vem comigo!

Se para acessar este segundo parágrafo fosse preciso clicar em algum botão, transformando uma leitura vadia em algo concreto, contornável nas planilhas de audiência, seria assim que começaria quase todas as colu-

nas nos dias de hoje. Foi o que ocorreu, afinal, com grande parte das chamadas notícias que circulam pelas redes sociais. Em contraste com a notícia propriamente dita, que por definição precisa concentrar as informações fundamentais sobre determinado fato no menor número de palavras, o papel da chamada de internet é ser isca, isca, isca, provocar o clique.

Como se vê, o modelo informacional aqui não é mais o jornalístico, que por tradição tem — ou deveria ter — alguma

vergonha na cara, além de um código de ética no bolso. O modelo é o puramente comercial, ou pior, o comercial com viés de pirataragem.

Acha que eu estou exagerando? Então clique no botão abaixo (brincadeira, não tem botão nenhum) e me diga qual é a diferença estrutural entre "Júri chega a um veredito sobre o caso X: saiu qual" e "Fique milionário em duas semanas: me perguntem como".

Para deixar claro a não iniciais: no modelo textual do

notícia, seria obrigatório informar logo de cara que o júri condenou (ou absolveu) o réu. Depois disso, se a pessoa quisesse continuar a ler para saber dos detalhes do julgamento, beleza. Contudo, arriscar que o leitor se dê por satisfeito com a informação básica e vá embora parece estar além das forças contemporâneas. Um aspecto curioso do "clique aqui para saber mais" (na verdade, para saber tudo) é que ele pode até ser aplicado a notícias de verdade, como no hipotético exemplo do veredito

acima, mas é feito sob medida para o papo furado.

Difícil imaginar um acontecimento realmente bombástico — como, digamos, um ataque nuclear a Nova York — sendo economizado para a próxima tela: "Missil atômico foi lançado contra Nova York: saiba se acerta".

No entanto, não notícias se dão muito bem com esse esquema, ao qual devem suas próprias existências. "Clique aqui para saber se uma tempestade devastadora se aproxima da sua cidade! Alô, você clicou e descobriu que a previsão é de tempo bom."

O problema está muito longe de ser simples, mas convém reconhecer que é um problema. Quando empresas jornalísticas tradicionais entram nesse jogo — e todas acabam entrando, umas com mais vontade, outras menos — o fato vem em busca de sobrevivência num mundo que as redes sociais viraram de pernas para o ar.

No entanto, embora todo produto de comunicação sempre tenha sido feito com a intenção de ser consumido, de repercutir, de vender, a lógica da pura contagem de cliques provoca uma corrosão lenta e segura no patrimônio de credibilidade que um dia foi o padrão-ouro desse negócio.

Sobre isso, vale ler a coluna mais recente do ombudsman da Folha, José Henrique Marante, intitulada "O profundo necessário".

E a quem vier com darwinismos de almanaque, observando que o mundo mudou e que os defensores de velhos padrões — como credibilidade, responsabilidade, relevância social etc. — têm mais de que morrer, convém lembrar que isso pode acabar mal. Clique aqui para saber como.

[Jorn. Antonio Prata] | [Soc. Marcia Castro, Giovana Malobello] | [Téc. Vera Iaconelli] | [J. Sérgio Rodrigues] | [Sex. Tat. Bernardi] | [Saúde. Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho]

Forças pediram R\$ 1 mi por dia para ação na terra Yanomami

Documento mostra que, mesmo com valor, nem metade dos alimentos necessários seria entregue aos indígenas

João Gabriel

análise. Responsáveis pela logística da operação na Terra Indígena Yanomami, as Forças Armadas pediram R\$ 993 mil por dia para manter o apoio às ações de desintrusão ao garimpo ilegal. Ainda assim, os militares teriam capacidade de entregar menos da metade das cestas básicas necessárias, segundo o documento.

O valor foi calculado pelo Ministério da Defesa em nota técnica obtida pela Folha. A demanda foi enviada para a Casa Civil. Recentemente, o governo anunciou mais R\$ 1,2 bilhão para a missão. O documento, de setembro de 2023, diz que a verba para assistência humanitária e expulsão de garimpeiros teria acabado e que seria necessário novo aporte. O pedido foi feito cerca de um mês após o governo liberar R\$ 275 milhões em créditos extraordinários para essa finalidade. "Com a extinção dos recursos orçamentários, a manutenção das operações nos níveis citados implica a necessidade de aporte de valores na dimensão mencionada", diz o documento.

Questionada sobre o custo e a necessidade verba pouco tempo após a liberação de crédito extraordinário, a Defesa disse que o montante já havia sido gasto, usado para

distribuir 766 toneladas de alimentos, 36,6 mil cestas básicas, 3.259 atendimentos médicos, detenção de 45 suspeitos e horas voo suficientes para dar 42 voos na terra.

Segundo a referida nota técnica, o Ministério da Defesa apontou a necessidade de complemento de recursos financeiros para a manutenção das operações na TI Yanomami ao constatar a insuficiência orçamentária, diz a pasta. A Folha também questionou o Ministério do Planejamento e a SRI (Secretaria de Relações Institucionais), mas não obteve resposta.

A omissão e até suspeita de boicote das Forças Armadas à atuação no território Yanomami é vista como fator determinante para a explosão do garimpo ilegal na região durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A insistência persiste durante a gestão Lula. Segundo apontou a colunista Mônica Bergamo, relatos dão conta de que as Forças, dentre outras coisas, se recusaram a levar autoridades para sobreviver a terra indígena.

Relatórios da Funai do governo Bolsonaro mostram que integrantes recebiam propina de garimpeiros e vazavam informações sobre operações. A expulsão do garimpo da terra indígena Yanomami foi

determinada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) ainda na gestão Bolsonaro — que não cumpriu com a ordem.

Em janeiro de 2023, o governo Lula anunciou uma megaoperação para a destruição, após constatar surto de malária e alta incidência de destruição dentro os yanomami, em razão do garimpo ilegal.

A época, a Folha mostrou que a visita da Sesa (Secretaria Especial de Saúde Indígena) identificou que a gestão Bolsonaro havia deixado instalações sanitárias com remédios vencidos, seringas órfãs e reutilizadas indevidamente e fezes espalhadas em unidades de atendimento, além de constatar casos de desvio de comida e medicamentos.

Um ano depois, os yanomami ainda convivem com a destruição, a malária persiste, o garimpo não foi totalmente expulso e instalações de saúde seguem sobrecarregadas.

Parte disso, apontam relatos e documentos, pela falta de atuação das Forças Armadas. Relatórios mostram que 34 mil cestas básicas, que deveriam ser entregues aos indígenas, acabaram encaixadas.

É neste contexto que o Ministério da Defesa pede mais verba. O cálculo é baseado nos gastos entre junho e setembro de 2023. Segundo o documento, no



Soldados embarcam para missão na terra indígena Yanomami

período "foram realizadas despesas com combustíveis, lubrificantes, manutenção de meios aéreos, material bélico, material de manutenção de viaturas terrestres e flutuantes, material de segurança pessoal e abordagem, material de comunicação e sinalização, reforço de alojamento e manutenção de meios outros diversos".

Para isso, o custo diário foi R\$ 993 mil. Mesmo com esse montante, "verifica-se como limite para o transporte de cestas de alimentos, pelos meios militares envolvidos, a quantidade média de até 3,98 unidades/mês". Isso é menos da metade das 9.000 que a Funai estimou necessárias para atendimento ao quadro de destruição dos indígenas.

Defesa e Casa Civil dizem que as Forças Armadas distribuíram 14 mil cestas de janeiro a março, média de pouco mais de 150 por dia.

Em 2023, a Defesa recebeu dois aportes de crédito extra-

ordinário para realizar a operação no território Yanomami, que somam R\$ 275 milhões. O último foi em agosto. A nota técnica da Defesa, que diz que a verba para a operação havia acabado e que pede novo aporte, é de setembro. "Não obstante, diante da realidade da operação vigente, o esforço empreendido para a distribuição das cestas básicas mostra-se indissociável das demais atividades desempenhadas, como as operações de desintrusão ao garimpo", explica o documento. O texto cita complexidades logísticas do território para justificar a demanda. "Ademais, é importante mencionar que a atuação das Forças Armadas nesse tipo de apoio em Terras Indígenas é emergencial e temporária, considerando-se a necessidade dos Ministérios dedicados à questão, dentro de suas competências, de implementar, efetivamente, soluções duradouras e sustentáveis".



Saiba como localizar câmeras escondidas em hospedagens

BELO HORIZONTE. Não é fácil detectar câmeras escondidas em imóveis, como aconteceu com casal de turistas hospedado em um flat de Porto de Galinhas (PE).

A começar pelo tamanho dos aparelhos. Geralmente minúsculas, as câmeras podem estar em vários objetos de uma casa. "Em qualquer ponto de parafuso da parede, há uma câmera", afirma o detetive particular Wilson Teixeira, dono da WT Investigações.

Além disso, por mais que os aparelhos possam emitir luzes, é bem improvável que alguém consiga identificá-las sem uma pericia minuciosa em todo o espaço. "Co-

mo a grande maioria dos dispositivos é minúscula e inteligente, é difícil conseguir um caminho para encontrar essas câmeras", avalia Rodolfo Aveilino, professor de cibersegurança do Insper.

Existem hoje aplicativos de celular que dizem detectar câmeras escondidas. Os principais, no entanto, não conseguem, por exemplo, detectar quais equipamentos estão conectados à rede wi-fi, mas em um ambiente desconhecido é difícil suspeitar de algum aparelho. Fora isso, tanto técnicos como leigos não têm avaliado bem esses aplicativos.

Assim, o jeito mais eficaz de encontrar câmeras desse tipo acaba sendo contratar o serviço de profissionais, que utilizam aparelhos de contraespionagem muito mais sofisticados. Um deles, o monitor RF Tronic-SM-4, é capaz de detectar escutas e câmeras sem fio. O aparelho é vendido por mais de R\$ 11 mil, um serviço de varredura custa cerca de R\$ 2.200.

Há também dispositivos mais baratos, como detectores de radiação eletromagnética e detectores ópticos, que são vendidos por ao menos R\$ 100 — esses são muito menos sofisticados.

No modo caseiro, a forma mais prática é revisar todo o quarto. Tomadas, luminária,

telefone, relógio, espelhos, paredes, televisão, frigobar, detector de fumaça. Este último, por sinal, é o preferido daqueles que instalam câmeras espiais em hotéis e motéis, dizem os especialistas.

Em quartos de motel, Teixeira diz também já ter visto câmeras escondidas em luminárias LED. "Ninguém enxerga isso".

É possível, ainda, localizar essas aparelhos usando a câmera do celular. Nesse caso, é necessário apagar todas as luzes do espaço e fechar a cortina. Com o ambiente escuro — e se possível com a ajuda de uma lanterna —, basta apontar a câmera para o local on-

de pode haver um aparelho espial escondido. A tática dá certo porque algumas câmeras espiais usam iluminação invisível ao olho humano, mas não à câmera de um smartphone. Geralmente, esses dispositivos espiais estão interligados a um sistema de armazenamento em nuvem — ou seja, o aparelho capta e envia as imagens, via wi-fi, para um sistema que pode ser acessado por quem instalou a câmera.

Se por um lado é difícil encontrar câmeras escondidas, por outro é fácil escondê-las. Esses aparelhos são vendidos em vários sites — além de lojas físicas —, basta apontar a câmera para o local on-

de pode haver um aparelho espial escondido. A tática dá certo porque algumas câmeras espiais usam iluminação invisível ao olho humano, mas não à câmera de um smartphone. Geralmente, esses dispositivos espiais estão interligados a um sistema de armazenamento em nuvem — ou seja, o aparelho capta e envia as imagens, via wi-fi, para um sistema que pode ser acessado por quem instalou a câmera.

Se por um lado é difícil encontrar câmeras escondidas, por outro é fácil escondê-las. Esses aparelhos são vendidos em vários sites — além de lojas físicas —, basta apontar a câmera para o local on-

especializados na venda de produtos espiais. O Empório Forte, por exemplo, com sede em Porto Alegre, não cobra nem frete para enviar as câmeras. No portal, os preços desses aparelhos variam de R\$ 177 — como uma câmera dentro de um chaveiro — a R\$ 435, onde a câmera se encaixa no pé de lençol.

A Magazine Luiza também revende câmeras espiais. A loja, inclusive, oferece uma câmera de tomada, muito parecida com a encontrada em Porto de Galinhas no último dia 16. A Amazon também vende produtos semelhantes.

As lojas não responderam as perguntas da Folha.